

## MULHERES QUILOMBOLAS: REFLEXÕES IMPRESCRITAS SOBRE TRABALHO E PSICODINÂMICA EM UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

### QUILOMBOLA WOMEN: UNWRITTEN REFLECTIONS ON LABOR AND PSYCHODYNAMICS IN A SYSTEMATIC REVIEW

**Fabício Gonçalves FERREIRA**

<fabricioferreira.psicologia@gmail.com>

Professor do curso de psicologia no Centro Universitário Unieuro (DF);  
Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília;  
Membro da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) (ANPSINEP-DF) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (NEPRINS).

**Carla ANTLOGA**

<antlogacarla@gmail.com>

Professora efetiva do curso de psicologia da Universidade de Brasília;  
Pós-Doutora pela Universidade de São Paulo;  
Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicodinâmica do Trabalho Feminino (PSITRAFEM).

**Cláudia de Oliveira ALVES**

<cla.alves@unb.br>

Alves; Professora efetiva do curso de Psicologia da Universidade de Brasília;  
Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela mesma instituição;  
Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (NEPRINS);  
Integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores (ANPSINEP);  
Associada da Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção em Saúde (BRAPEP).

## RESUMO

Este estudo discute as articulações entre mulheres quilombolas e trabalho, a partir de uma abordagem interseccional e decolonial. O objetivo foi investigar retratos do trabalho na vida de mulheres quilombolas apresentados em artigos, bem como compreender como essas mulheres enfrentam as imposições das racionalidades capitalistas, patriarcais e racistas. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, com foco nas intersecções vivenciadas por mulheres quilombolas no âmbito do trabalho e território. Os resultados apontam para a emergência de uma lógica de trabalho contracolonialista, que desafia modelos hegemônicos de produção e valoriza o território, o cuidado e a preservação dos vínculos comunitários. Conclui-se que reconhecer essas experiências é fundamental para a formulação de outros horizontes de civilidade que respeitem os direitos territoriais e promovam justiça social, saúde e dignidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres quilombolas; Território; Saúde; Psicodinâmica do trabalho.

## ABSTRACT

This article discusses the intersections between quilombola women and labor, grounded in an intersectional



and decolonial approach. The objective is to investigate how labor is portrayed in the lives of quilombola women as presented in scholarly articles, and to understand how these women confront the impositions of capitalist, patriarchal, and racist rationalities. This is a systematic literature review focused on the intersections experienced by quilombola women in the domains of labor and territory. The findings indicate the emergence of a counter-colonial logic of labor that challenges hegemonic models of production and values the territory, care practices, and the preservation of community bonds. It is concluded that recognizing these experiences is essential for envisioning alternative civilizational horizons that respect territorial rights and promote social justice, health, and dignity.

**KEYWORDS:** Quilombola women; Territory; Health; Psychodynamics of work.

As comunidades quilombolas resultaram da exigência vital de pessoas escravizadas no resgate da liberdade e dignidade (Nascimento, 2021). De acordo com Abdias Nascimento (2020), os quilombos foram formados a partir das fugas dos cativos e se consolidaram como uma organização social livre. Por muito tempo, esses territórios foram interpretados como lugares de refúgio, sendo referenciados como aldeias onde pessoas negras se escondiam. Tal referência produz lacunas na análise e no reconhecimento da importância dos quilombos para a história do Brasil, o que provoca uma ruptura entre as pessoas negras e seu passado e história (Nascimento, 2021).

Atualmente, há o registro de 8.441 localidades quilombolas, sendo a região Nordeste representante de 63,81% do total, enquanto a região Norte apresenta o menor número de territórios quilombolas, 14,55% (IBGE, 2024). Em termos populacionais, o último censo realizado pelo IBGE registrou cerca de 1,3 milhão de pessoas quilombolas, com idade média de 31 anos. Em relação ao recorte de gênero, foi registrada uma proporção paritária: 100 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2024). Embora esses territórios tenham surgido como alternativa à exploração da vida de pessoas negras, seus remanescentes seguem em luta contra o Estado e latifundiários pela garantia de território, direitos e dignidade.

Contrariamente à condição libertária produzida e praticada pelos quilombos, o Brasil é estruturado por um projeto histórico, cultural e subjetivo em que os ideais escravocratas permeiam as relações sociais, sobretudo as relações de trabalho (González, 2020; Moura, 1988a, 1988b, 2001). É no campo laboral que parte da sociabilidade se organiza: é onde o sujeito encontra uma parcela de suas satisfações, mas também onde se depara com sofrimento e adoecimento; é onde as dimensões psíquicas e sociais se entrelaçam, simbolizando o sujeito e suas relações (Freitas & Araújo, 2019; Vieira, 2022).

Após uma breve revisão bibliográfica sobre as dinâmicas de trabalho brasileiras, é



possível verificar um aumento exponencial da precarização e adoecimento, sobretudo após a flexibilização dos direitos trabalhistas viabilizadas pela Lei nº. 13.467/2017, que modificou regras relativas à remuneração, plano de carreira, jornadas de trabalho e outros direitos e garantias dos trabalhadores (Brasil, 2017). Para as mulheres negras, tal realidade é ainda mais penosa. Segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), em 2022 as mulheres negras foram o grupo com menor absorção no mercado de trabalho remunerado. No mercado informal, correspondiam a 47,5%, enquanto as mulheres brancas representavam 35,7% (IPEA, 2022). Além disso, as mulheres negras apresentaram os piores índices educacionais e de renda, sendo o grupo com mais horas dedicadas ao trabalho doméstico.

Em relação às mulheres quilombolas, por sua vez, há poucos registros estatísticos institucionais sobre suas experiências e relações com o trabalho, seja ele remunerado ou não. Algumas evidências apontam a desvalorização do trabalho que desempenham e para a sobrecarga de trabalho (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2019; Dimenstein et al., 2022; Fernandes et al., 2020; Moraes-Partelli et al., 2021; Mussi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2022). A carência de informações motivou o objetivo geral deste estudo, que foi realizar uma revisão sistemática de literatura, contemplando as produções dos últimos 14 anos, 2010 a 2023, em publicações indexadas, sobre mulheres quilombolas e trabalho. Especificamente, objetivou-se verificar quais retratos do trabalho na vida de mulheres quilombolas estavam apresentados nestes artigos, bem como construir diálogos com teóricas e teóricos que discutem raça, gênero e trabalho, objetivando também produzir, de forma coletiva, indagações e registros de suas vivências.

## MÉTODO

Foi conduzida uma revisão sistemática de literatura, cujo processo se caracteriza pela investigação a partir de um questionamento pontual em um cronograma de pesquisa. Tal metodologia é amplamente utilizada nas ciências da saúde e cumpre o papel de identificar, avaliar e/ou sintetizar estudos disponíveis (Galvão & Pereira, 2014). Em geral, o percurso para elaboração e execução da revisão sistemática conta com duas características centrais: pontualidade e publicidade. Pontualidade, para que se reduzam imprecisões; e publicidade, para que o estudo possa ser reproduzido por outros pesquisadores.

Para o estudo em questão, o eixo de orientação foi pensar as dinâmicas de



atravessamento do trabalho na vida de mulheres quilombolas. Conceitualmente, este estudo se alinha às proposições de Sueli Carneiro (2011) e Lélia González (2020) sobre trabalho. Para essas autoras, o trabalho atua como um aspecto fundamental de estruturação e reprodução das dimensões sociais, econômicas, materiais e subjetivas, caracterizado por uma divisão racial e de gênero, que projeta pessoas brancas para as melhores condições de empregabilidade, reservando às pessoas negras a precarização, desamparo e as péssimas condições trabalhistas.

Antes da construção da revisão sistemática de literatura, foi realizada uma busca livre de bibliografias no banco de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), onde foi possível identificar uma carência de estudos que versam sobre a maneira como as mulheres quilombolas conceituam e experienciam o trabalho. Partindo dessa evidência, foi realizado um planejamento inicial para que fossem definidos os objetivos da pesquisa, os critérios de inclusão e exclusão, além das perguntas de pesquisa para posterior análise. Assim, teve-se como objetivo identificar artigos científicos que abordassem os atravessamentos propiciados pelo trabalho na vida de mulheres quilombolas e o que elas diziam sobre suas relações com o trabalho.

Para os critérios de inclusão, foram definidos artigos científicos de acesso aberto, publicados entre 2010 e 2023, em revistas indexadas em português, inglês ou espanhol. O recorte temporal a partir de 2010 deve-se à Lei nº. 12.288/2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), que estabelece diretrizes e políticas públicas para a promoção da Igualdade Racial no Brasil, incluindo medidas de proteção e promoção dos direitos dos povos quilombolas.

As bases de dados selecionadas foram a SciELO, Scopus e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), pois reúnem um grande acervo de dados e são referenciadas tanto por ciências humanas quanto por ciências da saúde. Tal condição é importante e fundamental, pois a pesquisa versa sobre um estudo no campo da Psicologia que, embora se localize no extrato das ciências humanas, está em constante diálogo com as ciências da saúde. Além disso, foram privilegiadas bases de acesso livre e gratuito, com uma importante abrangência latino-americana.

Em ambas as plataformas, foram designados os descritores em uma busca por títulos, resumos, assunto e palavras-chave. Os descritores utilizados, definidos em português, espanhol e inglês, foram: (trabalh\*) OR (trabaj\*) OR (work\*) AND (quilombo\*) OR (comunida\* quilombo\*) OR (quilombol\* communit\*) AND (mulh\*) OR (muje\*) OR (wom\*) OR (mulh\* quilombol\*) OR (muje\* quilombo\*) OR (quilombol\* wom\*) AND (gêner\*) OR (géner\*) OR (gender\*). Não foi incluída, como descritor, a terminologia “comunidades tradicionais”, pois engloba outros grupos não prioritários



para esta pesquisa, tais como ciganos e indígenas. Embora a expressão “comunidade quilombola” também se refira a uma comunidade tradicional, não se identificou a necessidade de tal inclusão, visto que a terminologia já contempla essa especificidade.

As buscas foram realizadas nas bases de dados por três juízes independentes, dois homens e uma mulher, previamente capacitados, no dia 1º de agosto de 2023. A partir da identificação dos resultados iniciais, foi utilizado o gerenciador de referências Zotero. Posteriormente, foram analisados os títulos, resumos e palavras-chave que continham os descritores supracitados.

Em relação aos critérios de exclusão, foram pensadas duas etapas. Primeiramente, foram retirados os artigos que não apresentavam no título e no resumo as terminologias “trabalho” e “mulheres quilombolas”. Em segundo momento, no processo de leitura completa do material, foram excluídos os artigos que não relacionavam a condição de trabalho às mulheres quilombolas, mesmo que de maneira geral. Assim, no decorrer da leitura integral dos textos, após identificar estudos compatíveis com a segunda etapa do critério de exclusão supracitado, os artigos foram retirados. Ao final, dos 216 artigos encontrados, o processo de sistematização possibilitou a análise de 19.

Como critério de qualidade, foi adotada a classificação Qualis da CAPES do quadriênio 2017/2020. Assim, foram incluídos artigos com classificação A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3 e B4. Em geral, as revisões sistemáticas de literatura, ao adotarem tal critério de qualidade, restringem sua busca até o extrato B2, que segundo a CAPES, configura uma coleção de artigos de relevância nacional. No entanto, por se tratar de um tema do campo das ciências humanas e que, em geral, contém estudos publicados em revistas que não estão indexadas ou avaliadas conforme os critérios da CAPES, optou-se pela ampliação e inclusão de estudos que estivessem em revistas com Qualis B3 e B4. Intentou-se, com isso, obter mais resultados e abranger revistas que possivelmente apresentassem estudos relevantes e correlatos ao tema, como é o caso da revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), que não está indexada em uma base de dados, mas apresenta estudos relevantes para o campo das ciências humanas, sobretudo da negritude.

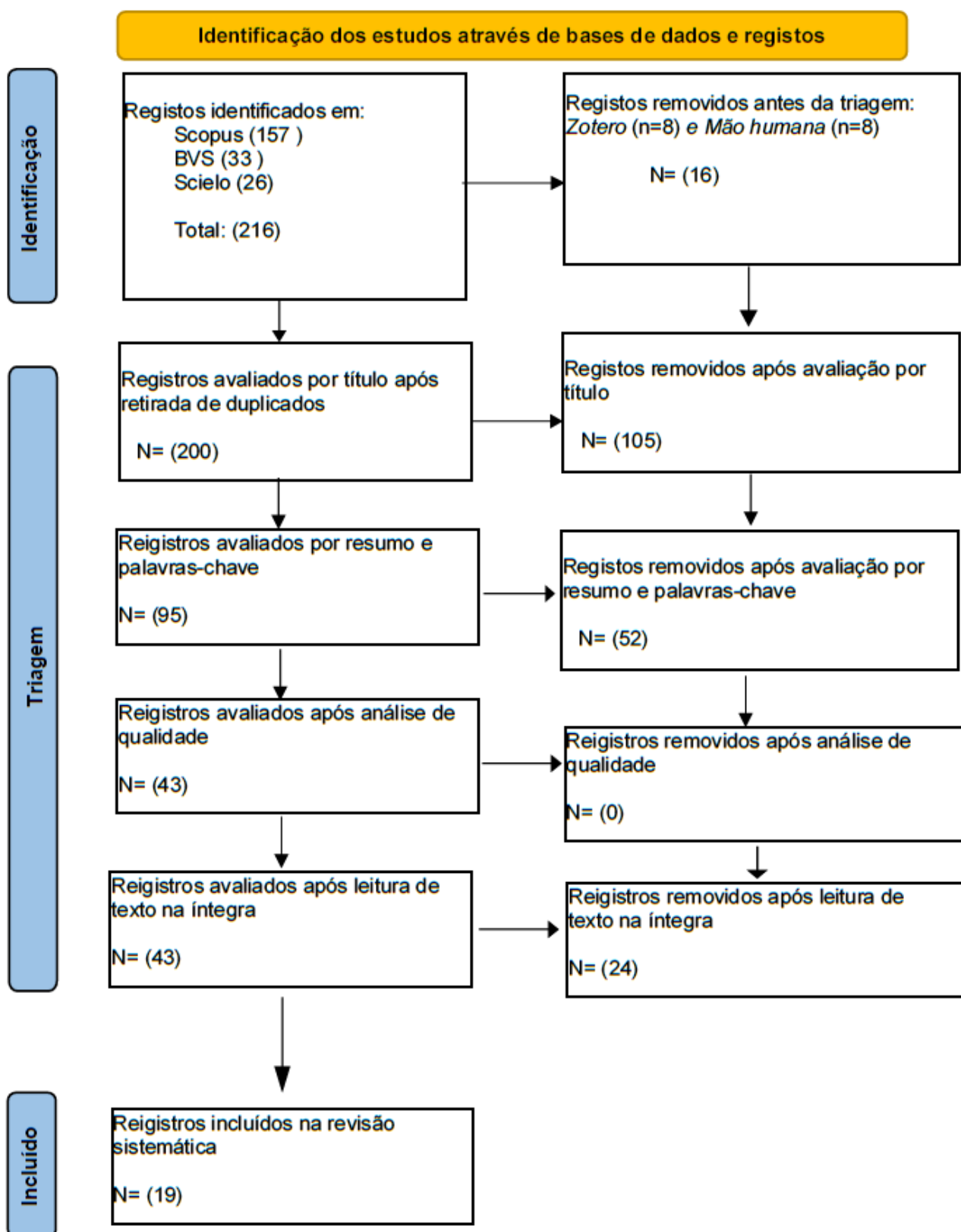
Após o processo de análise de qualidade, os artigos foram lidos na íntegra por dois juízes independentes, amparados por duas perguntas norteadoras: Como tem sido retratado o trabalho das mulheres quilombolas em publicações indexadas? Quais são os aspectos comuns sobre as mulheres, e sobre o trabalho, que se repetem nos estudos? Tais perguntas conduziram à construção



das categorias de análise dos artigos, que foram revisitados à luz da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2017).

Por fim, para garantia da transparência e auxílio no percurso de construção da revisão, optou-se pela utilização do método PRISMA, desenvolvido para ajudar revisores sistemáticos na construção, relato e sistematização da pesquisa (Page et al., 2022). As etapas estão descritas na Figura 1.

Figura 1





## RESULTADOS

Dos 19 estudos selecionados nas bases de dados indexadas para análise, foi possível identificar que: cinco foram publicados na área da psicologia (Valentim, 2016; Mussi et al., 2019; Dimenstein et al., 2019; Alves Filho et al., 2020; Fernandes et al., 2020), um em economia (Hossein & Pearson, 2023), um no campo da saúde coletiva (Schall et al., 2022) e doze nas ciências da saúde e humanas (Cruz, 2010; Riscado et al., 2010; Marin & Maia, 2018; Prates et al., 2018; Ferreira et al., 2020; Leite et al., 2021; Moraes-Partelli et al., 2021; Dimenstein et al., 2022; Nascimento et al., 2022; Pereira & Magalhães, 2022; Coelho et al., 2023; Pereira & Magalhães, 2023), com datas entre 2010 e 2023, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1

| Artigo | Ano  | Autores                | Área de conhecimento (Publicação)       | Idioma    |
|--------|------|------------------------|-----------------------------------------|-----------|
| 1      | 2010 | Cruz                   | Ciências Humanas                        | Português |
| 2      | 2010 | Riscado et al.         | Ciências da Saúde, Ciências Humanas     | Português |
| 3      | 2016 | Valentim               | Psicologia Social                       | Português |
| 4      | 2018 | Prates et al.          | Ciências da Saúde, Ciências Humanas     | Inglês    |
| 5      | 2018 | Marin & Maia           | Ciências Humanas                        | Português |
| 6      | 2019 | Dimenstein et al.      | Psicologia                              | Português |
| 7      | 2019 | Mussi et al.           | Psicologia                              | Português |
| 8      | 2020 | Alves Filho et al.     | Psicologia Organizacional e do Trabalho | Português |
| 9      | 2020 | Fernandes et al.       | Ciências Humanas                        | Inglês    |
| 10     | 2020 | Ferreira et al.        | Ciências Humanas                        | Português |
| 11     | 2021 | Moraes-Partelli et al. | Saúde Coletiva                          | Inglês    |
| 12     | 2021 | Leite et al.           | Ciências Humanas                        | Português |
| 13     | 2022 | Nascimento et al.      | Ciências da Saúde, Ciências Humanas     | Inglês    |
| 14     | 2022 | Pereira & Magalhães    | Ciências da Saúde, Ciências Humanas     | Português |
| 15     | 2022 | Schall et al.          | Saúde Coletiva                          | Inglês    |
| 16     | 2022 | Dimenstein et al.      | Ciências Humanas                        | Português |
| 17     | 2023 | Pereira & Magalhães    | Ciências da Saúde, Ciências Humanas     | Português |
| 18     | 2023 | Coelho et al.          | Ciências da Saúde                       | Português |
| 19     | 2023 | Hossein & Pearson      | Economia                                | Português |

Fonte: autoria própria; Data de produção: 2024



A análise e as características dos 19 artigos selecionados serão apresentadas contendo os aspectos gerais, tal qual aponta Galvão e Pereira (2015a, 2015b). Os estudos elegidos apresentaram a ausência de opções de trabalho em decorrência do avanço da agricultura e perda dos territórios, ou quando buscam e encontram inserção no mercado formal, ocorre pela via do subemprego nas empresas terceirizadas ou no exercício do trabalho doméstico para terceiros (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2017; Nascimento et al., 2022; Valentim, 2016).

De forma aproximada à expressão do subemprego, as pesquisas apontam realidades pavimentadas pelo excesso de trabalho e um processo contínuo de desvalorização das atividades que são desempenhadas por essas mulheres, seja na agricultura ou no trabalho de cuidado, o que muitas vezes faz com que tenham triplas jornadas de trabalho, acarretando prejuízos à saúde mental e física (Coelho et al., 2023; Dimenstein et al., 2019; Dimenstein et al., 2022; Fernandes et al., 2020; Moraes-Partelli et al., 2021; Mussi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Pereira et al., 2022). Em sequência, os estudos também apresentaram uma relação com o trabalho desempenhado no território que permite a manutenção da identidade, a possibilidade de pertencimento, a produção de saúde e elaboração das condições e relações precárias com o trabalho (Cruz, 2010; Fernandes et al., 2020; Ferreira et al., 2020; Hossein & Pearson, 2023; Marin & Maia, 2018; Pereira & Magalhães, 2022; Valentim, 2016).

## DISCUSSÃO

A escassez de trabalho formal para as mulheres negras não é novidade nem se restringe à realidade de mulheres quilombolas. Segundo o levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos ([Dieese], 2023), a taxa de desocupação das mulheres negras em 2023 era equivalente a 11,7%, o mesmo percentual enfrentado por mulheres não negras no período de crise da pandemia. No segundo trimestre de 2023, a taxa de desocupação dos não negros era de 6,3%, metade do valor referente à população negra (Dieese, 2023). Para além disso, o não acesso está longe de estar relacionado à falta de capacitação, considerando que mulheres negras com qualificações superiores às de mulheres não negras são preteridas nos processos de seleção e empregabilidade (Dieese, 2023). São expressões de um acordo tácito de seleção racial, e não profissional (González, 2020).

No período que sucedeu a abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade, sendo



responsável pelo sustento moral e a subsistência familiar. Essas mulheres passaram a ocupar espaço nas fábricas, nas indústrias e no serviço doméstico. No entanto, com o desenvolvimento e a modernização houve a ampliação de diferentes setores industriais, junto com um aumento na urbanização. Em face de tal ampliação, alguns setores da indústria entraram em decadência resultando no fechamento de muitas fábricas. Desse modo, a mulher negra perde seu lugar na classe operária (González, 2020).

A perda de território é um problema permanente enfrentado pelas mulheres quilombolas. Em geral, suas comunidades dividem os anseios da busca por titulação das terras com os conflitos entre empresas de mineração, latifúndios e hidrelétricas. Em estudo recente fornecido pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), foi expressa a degradação empreendida pelas empresas em seus territórios (CONAQ, 2023). A degradação sofrida pelos territórios quilombolas não é uma situação empreendida apenas pelo setor privado. Ainda que nos últimos anos tenham sido fomentadas estratégias de promoção de direitos e saúde, como no caso da *1ª Conferência Nacional Livre de Saúde Quilombola*, apenas em 2022 foram incluídos os remanescentes de quilombos no censo do IBGE (CONAQ, 2023). O atraso e descompromisso com a busca de informações fundamentais, como condições demográficas, socioeconômicas e geográficas impede que sejam pensadas e construídas políticas públicas para este grupo.

No campo do trabalho as empresas promovem conflitos internos nas comunidades, seduzem parte dos moradores alegando que serão fornecidas inúmeras vagas de emprego e geração de renda. Esse discurso vulnerabiliza algumas lideranças uma vez que as comunidades supõem que seus líderes são contra a melhoria nas condições de vida da comunidade por se apresentarem contrário às propostas das instituições (CONAQ, 2023).

Em contrapartida, antes mesmo das empresas se instalarem nos territórios noticiam que a mão de obra será externa à comunidade, com a justificativa de que há insuficiência de força de trabalho nos locais (CONAQ, 2023). Vejamos o que alguns artigos analisados trazem:

“Para essas mulheres, não foram criadas vagas nesse novo mercado de trabalho industrial; elas não foram fichadas nas empresas [...] muitas viraram empregadas domésticas, diaristas e lavadeiras das famílias dos funcionários das empresas mineradoras” (Marin & Maia, 2018, p. 09);

“o trabalho assalariado e a prestação de serviços temporários autônomos ou por intermédio de cooperativas têm se tornado cada vez mais comuns [...] quase toda



família tem pelo menos um membro que trabalha na mineração. As mulheres, por sua vez, dedicam-se principalmente ao trabalho doméstico, à manutenção da roça e à pesca para consumo da família. Quando se lançam ao mercado de trabalho são geralmente absorvidas na prestação de serviços gerais, de jardinagem e de limpeza, tanto nas instalações da empresa quanto nas casas de funcionários de médio e alto escalão” (Nascimento et al., 2022, pp. 05-06).

A ausência de oportunidade em empregos formais contribui para a presença massiva dessas mulheres no subemprego, sobretudo no trabalho doméstico. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem fortemente na feminilização da pobreza (hooks, 2023).

São manipulações que relegam às mulheres negras os mais baixos níveis de participação na força de trabalho. Ainda, no período escravocrata havia categorias de escravos. Encontravam-se os responsáveis pelo trabalho produtivo e aqueles que se encarregavam do trabalho não reprodutivo. Em geral, o trabalho produtivo acontecia no *plantation*, ao passo que o trabalho não reprodutivo ocorria nas fazendas e nos serviços da casa grande. As mulheres negras estavam nas duas categorias, eram trabalhadoras do eito e mucamas. Eram as mães pretas (González, 1984, 2020).

Além disso, durante o período colonial, a mulher negra era vista como produtora e reprodutora, desempenhando atividades semelhantes às dos homens escravizados. Elas eram também produtoras em potencial de novos escravos, o que aumentava o caráter de posse dos senhores de terra sobre seus corpos, visto que era uma importante ferramenta econômica (González, 2020).

Essa condição histórica e violenta sobre a vida de mulheres negras reflete-se na contemporaneidade, onde o papel da mulher negra permanece marcado por funções de cuidado. Funções subordinadas como doméstica, mãe preta e mulata, evidenciam a continuidade dessas violências estruturais. Esse conjunto de exploração pode ser lido como capitalismo racial, no qual a exploração do trabalho, combinado às condições de raça e gênero, contribui para a expropriação do sujeito, seja pela via do território, como a tomada de terras quilombolas, ou pela via do trabalho reprodutivo de gênero (Bento, 2022; González, 1984, 2020).

No período pós-abolição, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi responsável pelo sustento moral e pela subsistência. Com isso, seu trabalho físico foi decuplicado, haja vista que se dividiam entre o trabalho na casa da patroa e as obrigações familiares (González, 2020). No Brasil, o exercício do trabalho doméstico é culturalmente associado



à imagem da mulher preta. Essa ideia é parte do projeto estrutural de colonização e escravização. Em contrapartida, apesar de estarem associadas aos piores postos de trabalho e baixos índices salariais, são protagonistas e as principais responsáveis pela emancipação econômica e cultural das mulheres brancas (Carneiro, 2011; González & Hasenbalg, 2022).

Não há espaço para essas mulheres em trabalhos formais, mas há um acúmulo de “oportunidades” de trabalho no serviço doméstico e nas funções de cuidado (González, 2020). Inflar esse local como única via possível de atuação e fonte de renda é, tacitamente, associar um corpo a um campo de atuação precária e inferior às custas do cuidado e do amor (Molinier, 2014). Este último desempenha um papel primordial nas relações de dominação na esfera privada e pública (Dejours, 2022a). Vejamos o que os estudos analisados evidenciaram: “são ainda as mulheres que precisam conciliar atividades domésticas, cuidado dos filhos, de parentes envelhecidos e/ou doentes, atividades na lavoura e manejo dos animais” (Leite et al., 2021, p. 10); “As mulheres, por sua vez, dedicam-se principalmente ao trabalho doméstico, à manutenção da roça e à pesca para consumo da família” (Nascimento et al., 2022, p. 06); “trabalho muito na roça e em casa e dou conta do marido e dos meus filhos, mais eu me canso muito o meu marido não faz nada dentro de casa quando chega vai dormir e às vezes bebe” (Riscado et al., 2010, p. 100); “as principais atividades referidas pelas mulheres são as domésticas, de cuidado da família e a agricultura/pecuária, as quais estão intimamente relacionadas” (Alves Filho et al., 2020, p. 1134).

As categorias de gênero e raça-etnia incidem nas vivências das mulheres quilombolas, por vezes, invisibilizando suas experiências de opressão, por naturalizar os papéis exercidos por elas socialmente no seio de suas comunidades, papéis como o de ser mãe, esposa, de trabalhar nos afazeres domésticos, nos roçados, na criação de animais, nos cuidados à saúde de seus familiares (Fernandes et al., 2020).

Repare-se que na última citação aparece uma relação próxima entre o trabalho que as mulheres executam na agricultura com as funções domésticas da casa. Essa relação está intimamente associada à divisão sexual do trabalho, em que o homem ocupa um não (lugar) nas atividades de cuidado (Hirata, 2016). Há uma inclinação em considerá-los responsáveis pela gestão financeira, atuando nas funções valorizadas, ao passo que as condições desvalorizadas de manutenção da casa, de cuidado dos filhos, da comida, da educação e do lazer, são voltadas para as mulheres, de forma ainda mais intensa para as mulheres negras (González, 1982, 2020). Ocorre uma não valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres na agricultura, pois, em geral, o que elas



fazem é considerada ajuda e não trabalho. Estas dinâmicas que envolvem a divisão sexual do trabalho se inscrevem em dois princípios, segundo Hirata e Kergoat (2007): um primeiro que é de separação entre os gêneros e um segundo no nível hierárquico, onde o trabalho realizado pelo homem tem maior importância que o trabalho da mulher. Ainda, vale a inscrição de um terceiro princípio, o racial, haja vista que, além da separação entre gêneros e processo hierárquico, as mulheres negras são atravessadas pela sua cor e/ou origem étnica.

Nesse sentido, a “desimportância” do trabalho feito pela mulher contribui para um acúmulo de funções, o que, para além de precarizar as atividades já exercidas, acarreta prejuízos à saúde, enfraquece os vínculos comunitários e afasta as possibilidades de uma vida digna, vejamos: “Observa-se fatores que influenciam a situação de saúde mental de municípios com populações do campo e da floresta: a precariedade nas condições de vida e trabalho” (Dimenstein et al., 2022, p. 162); “Já entre as mulheres, o uso do álcool é utilizado como recurso para a resolução de problemas e como enfrentamento das precárias condições de vida e de trabalho” (Dimenstein et al., 2019);

O estudo de Mussi et al. (2019) identificou uma maior prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) entre as mulheres. A exposição da mulher a dupla jornada de trabalho, com acúmulo de atividades relacionadas ao trabalho formal, doméstico, cuidado com os filhos aumenta a vulnerabilidade das mulheres às morbidades psíquicas [...]. Os principais achados desse estudo indicam que aproximadamente 3/10 dos adultos apresentaram TMC, principalmente devido a presença de humor depressivo e com maior probabilidade para sua manifestação em quilombolas do sexo feminino, que referiram dor nas costas e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT).

“Hoje se a gente for analisar a história da mulher aqui na comunidade, tem muita mulher doente, adoecendo até o corpo, porque a cabeça não aguenta, porque são mães solteiras, outras são casadas e é quem assume toda a responsabilidade da casa, da roça, do dia a dia da família. O pior que ninguém acha que isso é trabalho. Muitas preocupações, hoje elas têm pressão alta, desenvolveram diabetes, doenças dos nervos” (Fernandes et al., 2020, p. 8-9).

Dejours (2022b) expressa que o reconhecimento do trabalho é uma via fundamental para que o sujeito consiga lidar com os desprazeres no campo laboral. É pelo reconhecimento da qualidade do trabalho realizado que o trabalhador simboliza e constrói laços identitários. Além



disso, a retribuição simbólica conferida pelo reconhecimento pode contribuir para realização pessoal do sujeito. Entretanto, em que medida esse reconhecimento proposto por Dejours corresponde à realidade das mulheres quilombolas?

A Psicodinâmica do Trabalho é um campo de investigação das relações entre o indivíduo, trabalho e saúde, abordando variáveis como a carga emocional, estresse e interações sociais no trabalho. No entanto, as produções em Psicodinâmica do Trabalho articula pouco aspectos concernentes a negritude, gênero e classe. Essa desarticulação de um marcador fundante das relações sociais e de trabalho no Brasil evidencia atenção ao uso de determinados conceitos e aplicações metodológicas (Vieira, 2022). No caso da psicodinâmica do conhecimento, por exemplo, Dejours (2004) apresenta a necessidade de mediação de um Outro para que o sofrimento causado pelo encontro do real seja revertido em prazer no campo do trabalho. Ao passo que esse Outro é reflexo da cultura, de que modo as mulheres quilombolas poderiam ser reconhecidas em face de uma cultura colonial da branquitude? Como seria reconhecido o trabalho desempenhado na agricultura se a base do colonialismo e capitalismo é a exploração do corpo e da terra?

Sob a ótica da contracolonialidade e dos feminismos negros, “a psicodinâmica do reconhecimento negligencia processos psicossociais fundamentais aos tencionamentos sobre as relações entre trabalho, subjetividade, saúde e adoecimento” (Vieira, 2022, p. 262). No percurso contra colonialista as dinâmicas de reconhecimento do trabalho se expressam de modo distinto, além disso, as relações laborais ao calibrar seu olhar para as circunstâncias interseccionais produzem diferentes caminhos para que os sujeitos se reconheçam e enfrente os “reais” de sofrimento (Vieira, 2022). Assim, o reconhecimento pode vir pelo território e não necessariamente pelo Outro. Este olhar pode vir a partir do que foi construído com a terra, com o que foi plantado e colhido. Pelo que semeia e cresce. Além disso, atravessar as significações hegemônicas e opressoras do campo teórico e prático, fomenta o diálogo com narrativas diversas de outros trabalhadores e o modo que fazem e refazem o seu viver (Freitas & Araújo, 2019).

A psicodinâmica do trabalho de Dejours (2017) embora de grande importância para a compreensão das relações entre trabalho, subjetividade e saúde mental, possui limitações significativas ao pensar raça, classe e gênero. A criação da psicodinâmica ocorre em 1980, na França pelas mãos de um médico e psicanalista, Christophe Dejours (Bueno & Macêdo, 2012). Tal abordagem se concentra na experiência subjetiva dos trabalhadores e na forma como eles mobilizam estratégias para lidar com o sofrimento no trabalho. Embora isso seja crucial, a



abordagem tende a não explorar suficientemente as estruturas sociais e históricas que moldam as experiências de trabalhadores em diferentes posições de raça, classe e gênero. Esse entrave não problematiza diretamente as desigualdades estruturais e sistêmicas que definem o acesso ao trabalho, as condições de trabalho e as relações de poder (Vieira, 2022).

Além disso, a proposta de Dejours vê o trabalho como uma experiência universal, compartilhada por todos os trabalhadores, independentemente de suas posições sociais, econômicas ou culturais. Isso pode levar à invisibilização de diferenças cruciais baseadas em raça, classe e gênero, que impactam profundamente como o sofrimento no trabalho é vivido e enfrentado (Vieira, 2022). Além disso, há uma concentração no entendimento sobre o trabalho formal e produtivo, deixando de lado o cuidado doméstico, geralmente realizado por mulheres, e o trabalho informal, frequentemente ocupado por pessoas negras. Esse fator não problematiza como essas formas de trabalho, frequentemente realizadas por mulheres e pessoas negras, são marcadas por desigualdades estruturais (Freitas & Araújo, 2019; Vieira, 2022). Ainda, a psicodinâmica do trabalho dejouriana reflete sobre a importância da mobilização subjetiva para transformar o sofrimento em reconhecimento e realização, mas não explora suficientemente as formas coletivas de resistência ligadas a movimentos sociais ou sindicatos que constantemente interseccionam questões de raça, classe e gênero.

Contrária a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, as mulheres quilombolas evidenciaram que se reconhecem no território e são reconhecidas nele. A terra constitui elemento indispensável e é por ela que são estabelecidas relações sustentáveis e próprias com a natureza. A condição de territorialidade, nesse sentido, está para além do plantio material, é também por ele que são cultivadas e transmitidas práticas culturais e identitárias às gerações futuras (Pereira & Magalhães, 2022).

O território propicia produção concreta de vida e articula de maneira indispensável a formação cultural, étnico-racial e identitária dos quilombos (Leite et al., 2021). São espaços de resistência, promoção de saúde, memória e fortalecimento cultural (Bento, 2022). Em suma, observemos o que alguns estudos apontaram: “O cuidado à saúde, para as participantes do estudo, está condicionado ao trabalho” (Prates et al., 2018); “Para as mulheres desse quilombo, a terra não é apenas o chão, mas possui significado e tem uma dimensão ancestral. Elas mantêm uma relação de respeito e harmonia com o território que foge à lógica capitalista ocidental” (Pereira & Magalhães, 2022, p. 04).



Território e identidade são indissociáveis. É nele que a vida e o fazer humano acontecem (Santos, 2002, 2006). Os quilombos são sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade, representam um instrumento vigoroso para a vida de mulheres negras e atua no reconhecimento da identidade negra brasileira, promovendo autoafirmação da cultura nacional e étnica. Além disso, representam a capacidade de relato de outras narrativas para além daquelas apresentadas pela modernidade como fundamentais (Fanon, 2022). Os estudos evidenciaram alguns dos atravessamentos experienciados por mulheres quilombolas nas suas relações de trabalho e reafirmou o empreendimento massivo da cultura colonialista brasileira no domínio dos seus corpos e das suas possibilidades de produção de vida digna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os quilombos produziram brechas no sistema ao qual as pessoas negras estavam submetidas, as mulheres quilombolas seguem construindo, a partir das suas relações com o território, vias de fuga para novos horizontes de civilidade. As intenções deste estudo foram brevemente atendidas, tais como evidenciar a escassez de periódicos que se debruçam sobre a temática, a permanência dos prejuízos causados pelo excesso de trabalho às mulheres negras e quilombolas e as formas, antigas e atuais, de manutenção da morte. Em contrapartida, poucos estudos exploraram com afinco a dinâmica do território enquanto expressão de vida e extensão do trabalho dessas mulheres. O território surge enquanto um aspecto comum, e não como um dos elementos centrais de resistência e vida. Nesse sentido, é pertinente pensar na continuidade desta pesquisa em moldes que possibilitem refletir sobre tais limitações, investigando, junto às mulheres quilombolas, os modos pelos quais conceituam o trabalho, além de ampliar o olhar acerca do que o território representa e possibilita.

Para sua continuidade, recomenda-se a inclusão de estudos e outras fontes de recurso para análise, como entrevistas, livros e/ou artigos que não estejam em bases indexadas, além da realização de grupos focais com mulheres quilombolas, a fim de investigar o que efetivamente têm a dizer sobre trabalho, território e questões que, supostamente, não foram identificadas nos estudos analisados. Por fim, destaca-se a urgência de se refletir e repensar as transformações nas relações de trabalho que descaracterizam o sujeito, o território e os modos de vida tradicionais.



## REFERÊNCIAS

Alves Filho, A., Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Leite, J. F., Dantas, C., & Macedo, J. P. (2020). Efectos de la gestión de lo “Bolsa Família” en la vida cotidiana de mujeres quilombolas rurales. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(3), 1132–1140.

<https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.19331>

Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das letras.

Brasil. (2010). *Lei nº. 12.288/2010, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial [...]. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)

Brasil. (2017). *Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...] a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm)

Bueno, M., & Macêdo, K. B. (2012). A clínica psicodinâmica do trabalho: De Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 306–318.

<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010/723>

Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro Edições.

Coelho, C. T., Oliveira, S. G., & Mello, F. E. (2023). Implicações no cuidado de um familiar doente: Mulheres negras cuidadoras. *Enfermería: Cuidados Humanizados*, 12(2).

<https://doi.org/10.22235/ech.v12i2.3131>

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. CONAQ. (2023). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Terra de Direitos.

Cruz, T. A. (2010). Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Revista Estudos Feministas*, 18(3), 913–925. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300016>

Dejours, C. (2004). Addendum: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I.



Sznelman (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 49–106). Paralelo.

Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: Casos clínicos*. Dublinense.

Dejours, C. (2022a). *Trabalho vivo, v. 1: Sexualidade e trabalho*. Editora Blucher.

Dejours, C. (2022b). *Trabalho vivo, v. 2: Trabalho e emancipação*. Editora Blucher.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). (2023). *As dificuldades da população negra no mercado de trabalho*.

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>

Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Silva, I. T., Dantas, C., & Alves Filho, A. (2019). Consumo de álcool em una comunidad quilombola del noreste brasileiro. *Quaderns de Psicologia. International Journal Of Psychology*, 21(1), e1479–e1479.

<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1479>

Dimenstein, M., Macedo, J. P. S., Leite, J., Dantas, C., & Silva, M. P. R. D. (2017). Iniquidades sociais e saúde mental no meio rural. *Psico-USF*, 22(3), 541–553. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220313>

Dimenstein, M., Simoni, A. C. R., Macedo, J. P., Liberato, M. T. C., Silva, B. Í. D. B. D. M., Prado, C. L. D. C., & Leão, M. V. A. S. (2022). Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: Marcadores sociais em análise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(01), 162–186. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.9>

Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Fernandes, S. L., Galindo, D. C. G., & Valencia, L. P. (2020). Identidade quilombola: Atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. *Psicologia em Estudo*, 25, e45031. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>



Ferreira, M. R. D. S., Eiterer, C. L., & Miranda, S. A. D. (2020). Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas. *Revista Estudos Feministas*, 28, e63121.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n363121>

Freitas, L. G., & de Araújo, A. A. M. (2019). Trabalho, sofrimento e política: Um olhar decolonial. In J. K. Monteiro, R. D. Moraes, L. G. F. L. D. Ghizoni & E. P. Facas (Orgs.), *Trabalho que adoecce: Resistências teóricas e práticas* (1. ed.; vol. 1; p. 29– 44). Editora Fi.

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: Passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183–184. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000100018>

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2015a). Avaliação da qualidade da evidência de revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(1), 173–175. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742015000100019>

Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2015b). Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24, 333–334. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200016>

González, L. (1982). E a trabalhadora negra, cumé que fica? *Mulherio*, (7). [https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/II\\_7\\_1982menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/II_7_1982menor.pdf)

González, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 2(1), 223–244. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)

González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

González, L., & Hasenbalg, C. (2022). *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13, 53–64.



<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 595–609. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>

hooks, b. (2023). *Irmãs do Inhamé: Mulheres negras e autorrecuperação*. WMF Martins.

Hosseini, C. S., & Pearson, M. (2023). Black feminists in the third sector: Here is why we choose to use the term solidarity economy. *The Review of Black Political Economy*, 50(2), 222–248. <https://doi.org/10.1177/00346446221132319>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2024). *Censo 2022: Brasil possui 8.441 localidades quilombolas, 24% delas no Maranhão*. [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20\(14%2C55%25](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40704-censo-2022-brasil-possui-8-441-localidades-quilombolas-24-delas-no-maranhao#:~:text=Em%202022%20existiam%208.441%20localidades,1.228%20(14%2C55%25)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2022). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. IPEA. <https://www.ipea.gov.br/retrato/>

Leite, J. F., Dimenstein, M., Belarmino, V. H., Macedo, J. P., Dantas, C., & Carvalho, A. V. (2021). Participação política de mulheres quilombolas rurais no nordeste brasileiro. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 21(2). <https://atheneadigital.net/article/view/v21-2-leite/2019>

Marin, R. A., & Maia, R. D. O. M. (2018). Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. *Cadernos Pagu*, e185205. <https://doi.org/10.1590/18094449201800520005>

Molinier, P. (2014). Cuidado, interseccionalidade e feminismo. *Tempo Social*, 26(1), 17–33. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100002>

Moraes-Partelli, A. N., Coelho, M. P., & Freitas, P. D. S. S. (2021). Gravidez não planejada em comunidades quilombolas: Percepção dos adolescentes. *Texto & Contexto- Enfermagem*, 30,



e20200109. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0109>

Moura, C. (1988a). Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho.

*Revista São Paulo em Perspectiva*, 2(2), 44–46.

<https://www.marxists.org/portugues/moura/ano/mes/imobilismo.pdf>

Moura, C. (1988b). *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva SA.

Moura, C. (2001). A quilombagem como expressão de protesto radical. In C. Moura (Org.), *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (pp. 103–115). *Edufal*.

Mussi, R., Rocha, S., & Alves, T. (2019). Transtornos mentais comuns em quilombolas baianos, nordeste brasileiro. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 20(3), 698–710.

Nascimento, A. (2020). *O quilombismo*. Perspectiva SA.

Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Nascimento, V. B. D., Arantes, A. C. V., & Carvalho, L. G. D. (2022). Vulnerabilidade e saúde de mulheres quilombolas em uma área de mineração na Amazônia. *Saúde e Sociedade*, 31, e210024pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022210024pt>

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Aki, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... & Moher, D. (2022). A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Revista Panamericana de Salud Publica*, 46, e112. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112>

Pereira, A. D. S., & Magalhães, L. (2022). A vida no quilombo: Trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 27, e210788. <https://doi.org/10.1590/interface.210788>



Pereira, A. D. S., Allegretti, M., & Magalhães, L. (2022). “Nós, mulheres quilombolas, sabemos a dor uma da outra”: Uma investigação sobre sororidade e ocupação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e3318. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>

Prates, L. A., Possati, A. B., Timm, M. S., Cremonese, L., Oliveira, G., & Ressel, L. B. (2018). Significados atribuídos por mulheres quilombolas ao cuidado à saúde. *Revista Pesquisa Cuidado Fundamental*, 10(3), 847–855. <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2018.v10i3.847-855>

Riscado, J. L. D. S., Oliveira, M. A. B. D., & Brito, Â. M. B. B. D. (2010). Vivenciando o racismo e a violência: Um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde e Sociedade*, 19, 96–108. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000600010>

Santos, M. (2002). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1). Edusp.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (Vol. 1; 2. reimpr.). Edusp.

Schall, B., Gonçalves, F. R., Valente, P. A., Rocha, M., Chaves, B. S., Porto, P., Moreira, E., & Pimenta, D. N. (2022). Gênero e insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: A fome na voz das mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(11), 4145–4154. <https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07502022>

Valentim, R. P. F. (2016). A saúde entre o minoritário e o global: Questões identitárias entre mulheres quilombolas. *Psicologia e Saber Social*, 5(1), 68–77. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.18926>

Vieira, C. E. C. (2022). Apropriações decoloniais das clínicas do trabalho. *Psicologia em Revista*, 28, 245–268.





FERREIRA, F. G.; ANTLOGA, C.; ALVES, C. O.

Mulheres Quilombolas: Reflexões Imprescritas Sobre Trabalho e Psicodinâmica em uma Revisão Sistemática

| Dossiê

## SOBRE A AUTORIA

### Fabício Gonçalves FERREIRA

Professor do curso de psicologia no Centro Universitário Unieuro (DF); Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. É membro da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) (ANPSINEP-DF) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (NEPRINS). Possui experiência e interesse de estudo em relações étnico-raciais, saúde mental de trabalhadores, promoção de saúde e psicanálise.

### Carla ANTLOGA

Professora efetiva do curso de psicologia da Universidade de Brasília; Pós-Doutora pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicodinâmica do Trabalho Feminino (PSITRAFEM); Possui experiência e interesse de estudo em psicodinâmica do trabalho qualidade de vida no trabalho, trabalho feminino e saúde mental de trabalhadores.

### Cláudia de Oliveira ALVES

Professora efetiva do curso de Psicologia da Universidade de Brasília; Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela mesma instituição; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Étnico-Raciais, Interseccionalidade e Saúde Mental (NEPRINS). Integra a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores (ANPSINEP). Associada da Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção em Saúde (BRAPEP); Possui experiência e interesse de estudo em relações étnico-raciais, interseccionalidade, saúde mental e promoção de saúde.

*Submissão: 05 de maio de 2025*

*Avaliações concluídas: 20 de agosto de 2025*

*Aprovação: 26 de agosto de 2025*



FERREIRA, F. G.; ANTLOGA, C.; ALVES, C. O.

Mulheres Quilombolas: Reflexões Imprescritas Sobre Trabalho e Psicodinâmica em uma Revisão Sistemática

| Dossiê

### COMO CITAR ESTE ARTIGO?

FERREIRA, F. G.; ANTLOGA, C.; ALVES, C. O. Mulheres Quilombolas: Reflexões Imprescritas Sobre Trabalho e Psicodinâmica em uma Revisão Sistemática. Revista Temporis(ação): periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 25, N. 02, p. 01-24, jul./dez., 2025. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >